

ATA DA 23ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ABIHV

Reunião nº	Local	Data	Horário
23	Híbrida	16/04/2025	8h

Ata preparada por: Victoria Kobayashi

Revisado por: Fernanda Delgado

Agenda:

- Informes da Presidência – Atualizações sobre o PHBC e Transmissão
- Maturidade dos projetos de Hidrogênio – Acesso à Rede Básica
- Eleição para o Conselho de Administração e Fiscal da ABIHV

Participantes:

NOME	POSIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	EMPRESA ASSOCIADA
1. Alexandre Groszmann	Vice-Presidente do CA ABIHV	Presencial	European Energy
2. Daniel Hubner Marques	Conselheiro	Online	Yara Brasil
3. Felipe Maron	Representante da Voltalia	Presente	Voltalia
Fernanda Delgado	Diretora-Executiva	Presencial	ABIHV
4. Fernando Elias	Conselheiro	Ausente	Casa dos Ventos
5. Ítalo Tadeu Freitas	Conselheiro	Ausente	Eletrobras
6. Lauro Fiuza Neto	Conselheiro	Online	Servtec
7. Luis Viga	Presidente do Conselho ABIHV	Presencial	Fortescue
8. Marcel Haratz	Conselheiro	Ausente	Comerc
9. Nicolas Thouverez	Conselheiro	Ausente	Voltalia
Patrícia Cavallini	Analista Administrativo	Online	ABIHV
10. Paulo Augusto Alvarenga	Conselheiro	Online	Thyssenkrupp
11. Pedro Dittrich	Representante da CDV	Online	Cassa dos Ventos
12. Rodrigo Santana	Conselheiro	Online	Atlas Agro
13. Sérgio Souza	Conselheiro	Online	Serena
Victoria Kobayashi	Analista Regulatório	Presencial	ABIHV

A Reunião teve início às 8h12.

Discussão e Deliberações

Informes da Presidência – Atualizações sobre o PHBC

O Presidente do Conselho da ABIHV abriu a reunião falando que o PHBC e o Marco Legal são pautas que estão em desenvolvimento no Ministério da Fazenda, fato que motivou uma negativa do órgão a um pedido de reunião da ABIHV. Também frisou que apesar do MF ter recuado na

negativa do benefício aos processos exportadores, é de conhecimento (por meio de manifestação formal) que o governo pretende dar prioridade ao mercado interno.

A priorização de mercados foi destacada como um ponto de atenção e que carece de acompanhamento. Além disso, Fernanda Delgado (ABIHV) e Luis Viga (Fortescue) transmitiram a impressão de que não há um raciocínio muito bem definido no MF, já que houve uma fala do Ministério contra a produção de fertilizantes nacionais, produtos benéficos para o desenvolvimento nacional e indutores de demanda do hidrogênio.

Sobre esse último tema, Rodrigo Santana (Atlas Agro) preparou uma carta que foi revisada e apresentada pela ABIHV ao MF, mas ainda não houve resposta formal para o documento. Fernanda Delgado (ABIHV) cobrará um retorno sobre a questão.

Apesar da negativa da Fazenda, a ABIHV solicitou uma reunião com o MME e deverá, após o feriado (18/04 a 21/04), ter um retorno sobre essa agenda.

Informes da Presidência – Atualizações sobre a Transmissão

Com o objetivo de contextualizar o tema, Viga retomou os esforços e feitos da ABIHV para solucionar a problemática e as negativas relacionadas ao Acesso à transmissão, como o contato com reguladores, as diversas reuniões e interações com os diferentes agentes. Viga informou que conexão para os associados da ABIHV é a atividade prioritária no momento.

Viga destacou que por meio das iniciativas realizadas pela ABIHV foi possível sair de zero GWh em janeiro para uma expectativa de até seis GWh, sendo quatro GWh adicionais para a conexão das cargas e uma promessa de outros dois GWh advindos da ONS. O “desafio” atualmente trabalhado pela ABIHV é a antecipação da entrada dos quatro GWh em operação das linhas de transmissão necessárias para a conexão desses ativos. O prazo oficial para entrada é 2032, mas a ABIHV está trabalhando para a antecipação para 2029/2030, para isso ABIHV disponibilizou recursos ao EPE para ajudar nesta antecipação.

A EPE tem demonstrado contentamento pelas informações enviadas por algumas empresas e pela atuação da ABIHV sobre a questão. Em linha, Fernanda informou que a Hitachi Energy também se colocou à disposição da EPE para auxiliar e disponibilizou os modelos desenvolvidos para a empresa. Além disso, o contato próximo com a EPE e seu Presidente, Thiago Prado, segue ativo. Fernanda relatou as conversas com o Presidente Thiago Prado da EPE, com o Diretor Geral da ANEEL, Sandoval Feitosa e com o Ministro de minas e Energia, Alexandre Silveira.

Especificamente sobre a região do Nordeste devem ser disponibilizados mais dois GWh (independente do R1) para acesso de consumidores e redução do *curtailment*. A liberação em questão deve ocorrer de modo faseado, segundo apontamento do Diretor-Geral do ONS, Alexandre Zucarato (um GW e posteriormente 800 MW) – relato enviado por whatsapp sobre a fala do diretor da ONS. Dessa forma, é possível considerar que atualmente existem quase seis GW para a conexão dos projetos, o que é muito animador, comparado ao cenário crítico observado em janeiro.

Paulo Alvarenga (Thyssenkrupp) questionou se a disponibilidade seria específica para a região de Pecém ou para todo o sistema. Em resposta, Luis Viga informou que a margem foi disponibilizada para o Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, já que o maior bottleneck e concentração de projetos está nessa área, tanto por conta do interesse dos agentes como pelos episódios de *curtailment*.

Maturidade dos projetos de Hidrogênio – Acesso à Rede Básica

Em linha com o tema anterior sobre o acesso dos projetos à rede básica, o presidente do Conselho relatou que atualmente o governo e os órgãos reguladores têm, no geral, olhado com desconfiança o desenvolvimento da indústria. Tal sentimento foi considerado válido, uma vez que, caso a implantação dos projetos não ocorra, os custos da expansão do sistema para esse atendimento serão direcionados ao consumidor, via CDE. Além disso, ressaltou o papel da CP nº 23/2024 da ANEEL para evitar a desordem do acesso das grandes cargas.

Em três destaque, citou falas dos principais representantes da EPE (Thiago Prado), ANEEL (Sandoval Feitosa) e MME (Alexandre Silveira) que retratam a ideia de que a indústria recebeu recentemente várias sinalizações do governo como PHBC R\$ 18 Bi, expansão de quatro GWh e antecipação de leilão, mas que a indústria ainda não apresentou nada em troca, ou seja, ainda não foi apresentado pela indústria evidências sobre a real implementação dos projetos.

Com relação à fala do ministro Silveira, Fernanda destacou que não necessariamente há uma desconfiança do Ministro ou relação direta com a ABIHV e seus associados, mas que essa “descrença” pode ser observado no segundo escalão do governo. Também destacou que a saída do Brasil de uma grande empresa de geração eólica offshore acabou agravando esse sentimento.

Alexandre Groszmann (European Energy) afirmou que uma forma de mostrar que a indústria do Hidrogênio é uma realidade seria organizar um *road show* com membros estratégicos do governo, para apresentar a seriedade e implantação dos projetos. A sugestão foi aceita pelo Conselho.

Nesse contexto, Viga ressaltou que a questão do investimento do governo deve ser tratada com tato e de forma que transmita o máximo de confiança possível, já que a não realização dos projetos têm impactos financeiros, de investimentos e empregos não gerados. Assim, enquanto ainda não há o resultado da CP nº23/2024 da ANEEL, a ABIHV precisa continuar trabalhando para que a Indústria saia do papel, principalmente os primeiros projetos, de forma a gerar a credibilidade e impacto positivo para os próximos projetos.

Sobre a implantação de garantias financeiras para os geradores de energia, Fortescue e Voltalia relataram que o processo foi efetivo para impedir novos empreendedores aventureiros, mesmo com a possibilidade de um novo “dia do perdão”. Sérgio Souza (Serena Energia) complementou o ponto, ao lembrar que um processo semelhante para a obtenção das outorgas foi essencial para identificar os projetos que realmente sairiam do papel.

Luis Viga (Fortescue) relatou que além da apresentação de garantias, outros países já estão aplicando estratégias para a ordenação do acesso, como uma forma de otimizar o sistema e dar maior segurança para a tomada de decisão do governo. Dada a relevância, o tema retornou aos grupos de trabalho – regulatório e de transmissão. Contudo, reafirmou que a ideia de tratar o tema não é excluir os interessados, mas sim organizar a fila. Dessa forma, propôs que o Conselho votasse o mérito da questão, sem a necessidade de um detalhamento de regras e outras questões durante a reunião.

Pedro Dittrich (Casa dos Ventos) destacou que a ABIHV está correta em pressionar o governo por soluções e que é importante trazer mais certezas para a transmissão, para que os projetos deem segurança aos investidores. Ressaltou que o governo realiza suas análises de maneira cíclica e que, por mais que esse processo considere intervalos menores (de 10 para cinco anos), os primeiros entrantes ainda terão vantagens em relação aos próximos.

Também apontou a necessidade de mapear os agentes do governo que estão duvidando da indústria e realizar medidas como a proposta pelo Alexandre Groszmann e o diálogo com o TCU. Reforçou ainda o apoio à apresentação de garantias e a que a definição dos critérios (CP nº 23/2024) deve ser pauta prioritária, bem como a atenção aos membros do governo que se mostram resistentes à indústria do Hidrogênio. Com relação aos critérios de maturidade, frisou que esses devem ser claros / objetivos e que é necessário definir as cargas que serão reguladas por essas medidas, assim, a ABIHV deve considerar consumidores diversos ao Hidrogênio. Por fim, relatou a importância de as novas regras serem aplicadas apenas para os projetos futuros,

bem como um período de transição. Outro ponto que pode ser explorado é alterar a ordem do processo de acesso, e mover a obtenção do parecer de acesso (com garantia) para o topo da lista.

Com relação aos próximos passos e uma tratativa mais detalhada sobre os critérios de maturidade, Fernanda Delgado (ABIHV) relatou que o primeiro passo é ter um alinhamento da ABIHV sobre essa questão. Esse processo será realizado por meio de contribuições nos GTs e, posteriormente, os pontos serão apresentados ao Conselho para a definição do que e como será apresentado. **Portanto, houve aprovação do mérito da maturidade pelo Conselho. Luis Viga sugeriu uma reunião extraordinária do Conselho para discutir os critérios da maturidade a serem apresentados pelos GTs, em uma ou duas semanas.**

Felipe Maron (Voltalia) apontou preocupação com relação ao timing que a contribuição poderá ser apresentada e que, a depender dos critérios de maturidade, poderia ocorrer um descasamento entre as informações de contrato e as tecnologias (mais desenvolvidas) que serão utilizadas nos projetos. Dessa forma, entende que apenas as garantias são o bastante.

Lauro Fiuza (Servtec) considerou que as garantias são relevantes, um primeiro passo, mas que também é preciso ter outros critérios definidos, em caso de empate. A lista de critérios deverá priorizar os projetos que estão mais avançados, no sentido do investimento. Concordou com o Pedro Dittrich sobre a necessidade de se priorizar a ordem de chegada, mas entende que uma lista de critérios é extremamente importante e que cabe à ABIHV e à indústria demonstrarem que o hidrogênio dará certo.

Sérgio Souza (Serena Energia) ressaltou a importância de os critérios não prejudicarem indústrias diversas ao Hidrogênio, como os datacenters, que também têm potencial de geração de empregos. A garantia financeira deverá ser preponderante e suficiente para afastar “aventureiros”, de forma que os critérios sejam um complemento.

Rodrigo Santana (Atlas Agro) concordou com os comentários dos Conselheiros e reforçou a necessidade de se definir critérios claros e objetivos, de modo a evitar a insegurança jurídica. Em linha com o comentário, Daniel Marques (Yara) reforçou a necessidade de se mitigar riscos para esse mercado.

Luis Viga (Fortescue) apontou que a Fortescue considera as garantias de 36 meses como são feitos na geração são um grande avanço e visto com bons olhos pelo MME, mas que é preciso ter critérios para racionalizar o acesso, como forma de dar segurança ao governo no melhor uso do recurso público assegurando um uso racional do sistema de transmissão. Voltou a afirmar que a indústria precisa viabilizar os primeiros projetos para que esses sejam os catalisadores de outros projetos de H2V, uma vez que ocorrerão significantes reduções de custos para a indústria advindos da implementação dos primeiros projetos..

Eleição do Conselho 2025

Luis Viga (Fortescue) afirmou que a ABIHV está em processo de contratação de um sistema próprio para as eleições (o mesmo utilizado pela ABEEólica), como forma de dar transparência ao processo. Assim, cada empresa terá 11 votos para a eleição do Conselho de administração e poderá eleger o Conselho fiscal. A presidência e vice-presidência do CAd e a Presidência do Conselho fiscal serão escolhidos pelo Conselho eleito.

Todos os conselheiros manifestaram interesse em permanecer no conselho de administração da ABIHV.

Fernanda informou que a convocação sairá na próxima semana.

Aprovada a ata da 22º Reunião do Conselho

Reunião encerrada às 9h40